FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 26/01/2024 - 05:59

Abin fez espionagem ilegal para Bolsonaro, acusa PF

Buscas da PF dentro da Câmara dos Deputados nesta quinta-feira (25) Gabriela Biló/Folhapress

Abin tentou constranger Supremo sob Bolsonaro e monitorou rivais, diz PF

Operação deflagrada nesta quinta faz buscas contra Ramagem e menciona série de ações de espionagem contra políticos e ministros

BRASÍLIA A Polícia Federal cumpriu nesta quinta-feira (25) mandados de busca e apreensão numa investigação sobre o suposto uso político da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) contra adversários políticos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O principal alvo da operação é o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-diretor da Abin e pré-candidato à prefeitura do Rio de Janeiro. A PF chegou a pedir a suspensão do mandato do parlamentar, mas a medida não teve a concordância da PGR e foi negada pelo ministro do STF Alexandre de Moraes.

A PF mira o uso pela Abin do software espião FirstMile, de fabricação israelense, e apura se a agência produziu relatórios sobre ministros do STF e opositores de Bolsonaro. Em outra frente, a investigação encontrou indícios de que a Abin atuou para fornecer informações sobre investigações em andamento para Jair Renan e Flávio Bolsonaro, filhos do ex-presidente.

Foram cumpridos mandados de busca e apreensão e de suspensão do exercício de função pública de policiais federais envolvidos no uso do software.

Os mandados se concentraram em Brasília, Rio de Janeiro, Juiz de Fora (MG) e São João Del Rei (MG).

Foram cumpridos mandados de busca na residência e também no gabinete de Ramagem na Câmara. O deputado negou qualquer utilização ou relação com softwares de espionagem da Abin.

"Nenhum plano de operação, em três anos de Abin, assinado por mim, colocava a utilização do FirstMile [como um pedido]", disse o deputado, em entrevista à GloboNews, nesta quinta.

A operação, batizada de Vigilância Aproximada, foi deflagrada sob autorização de Moraes, do STF. Ela investiga uma "organização criminosa que se instalou na Abin com o intuito de monitorar ilegalmente autoridades públicas e outras pessoas, utilizando-se de ferramentas de geolocalização de dispositivos móveis sem a devida autorização judicial".

O programa investigado pela PF tem capacidade de obter informações de georreferenciamento de celulares. Segundo pessoas com conhecimento da ferramenta, não permite acesso a conteúdos de ligação ou de trocas de mensagem.

De acordo com a PF, a chamada "Abin Paralela" criada na gestão Ramagem tentou atrelar Moraes e o também ministro do STF Gilmar Mendes à facção criminosa PCC.

Para a corporação, as informações sobre a tentativa de ligar os ministros ao PCC foram encontradas em documentos apreendidos na Abin.

"O arquivo Prévia Nini.docx mostra a distorção, para fins políticos, da providência, indicando a pretensão última de relacionar a advogada Nicole Fabre e os Ministros do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes com a organização criminosa Primeiro Comando da Capital - PCC, alimentando a difusão de fake news contra os magistrados da Suprema Corte", disse a PGR sobre os documentos achados pela PF.

A PF afirma que a Abin sob Ramagem também se valeu do software FirstMile para monitorar o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e a ex-deputada Joice Hasselmann.

As suspeitas que vieram à tona na operação de hoje causaram reação política em Brasília, com a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, falando em "um dos maiores escândalos da história" e a "ponta de um novelo que envolveu dezenas de milhares de pessoas".

Em outra mão, o caso deve causar ainda mais tensão na relação de parte do Congresso com o Supremo, já que foi a segunda operação em pouco mais de uma semana com buscas dentro da sede do Legislativo. Bolsonaristas articulam medidas para rever os poderes do STF.

O monitoramento investigado na operação, diz a PF, foi feito pelo agente federal Felipe Arlota, um dos alvos que foi afastado do cargo por decisão de Moraes. O policial é próximo do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho mais velho de Bolsonaro.

> **Esses eventos dão a conhecer a existência do que a representação [policial] denomina de uma Abin paralela, utilizada para colher dados sensíveis sobre autoridades e agentes políticos relevantes**
>
> **Paulo Gonet** procurador-geral, em petição ao STF sobre o caso

Os policiais também investigam suposto uso da agência para favorecer Flávio e Jair Renan.

No caso do filho mais novo de Bolsonaro, a Abin teria atuado para ajudá-lo, já que ele era alvo de investigação pela PF sobre as relações com empresas que mantinham e tinham interesse em contratos com o governo federal.

Agentes da Abin tentaram atrapalhar a investigação e coletar informações com o objetivo evitar "riscos à imagem" de Bolsonaro.

Um policial federal lotado na Abin chegou a seguir um dos alvos da investigação, que, desconfiado, acionou a Polícia Militar.

O policial foi ouvido pela PF e confirmou que trabalhava diretamente com Ramagem e que recebeu a missão de levantar informações sobre o caso investigado.

Flávio, por sua vez, teria sido beneficiado com a atuação da Abin para levantar informações contra auditores da Receita Federal.

O filho de Bolsonaro à época era investigado no caso da rachadinha da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro) e tentou apontar irregularidades na Receita como forma de anular a apuração.

Após uma reunião das advogadas de Flávio com Bolsonaro, agentes da Abin teriam produzido relatórios sobre com o senador deveria atuar para se livrar das investigações.

"Defender FB no caso ALERJ demonstrando a nulidade processual resultante de acessos imotivados aos dados fiscais de FB", trazia no título um dos relatórios produzido por integrantes da Abin.

No documento, encaminhado para a defesa de Flávio Bolsonaro por mensagem de aplicativo, eram apontados caminhos a serem seguido pelo senador para desmontar as acusações que pesavam contra ele.

Continua na pág. A5

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Copyright © Clipclap 2025.